

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (IPCA)	10,67%	7,22%	3,49%	4,19%	4,24%	4,11%
VARIACÃO DO PIB	-3,80%	-3,60%	0,32%	1,99%	2,48%	2,48%
RESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	2,16%	8,78%	0,19%	3,71%	4,23%	2,71%
RESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	-2,44%	-5,07%	-0,61%	-2,71%	-2,80%	-2,04%
SFORÇO NA ARRECAÇÃO TRIBUTARIA	0,46%	22,82%	14,00%	12,42%	16,41%	14,28%
RESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIAO	-5,98%	13,72%	-10,57%	-0,94%	0,73%	-3,59%
RESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	1,22%	12,85%	-7,75%	2,11%	2,40%	-1,08%
ERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	0,00%	4,28%	3,01%	1,81%	1,76%	1,89%
ERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	0,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
axa de Juros Selic (Média do Ano)	112,15%	44,02%	-93,64%	20,85%	-9,59%	-27,46%
IB / RS (em R\$ milhóes)	14,25%	13,75%	10,10%	7,89%	8,25%	8,22%
	375.094	380.449	450.366	474.557	511.895	553.008

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origens/especial/nubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa. Taxa de inflação (IPCA e SELIC) e PIB, consulta www3.bcb.gov.br, data de 11/08/2017

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2018
Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

CONTA	CONSIDERAÇÃO ANUAL	ARRECADADA		ARRECADADA		ARRECADADA		REESTIMADO	PROJEÇÃO		PROJEÇÃO	VALORES em R\$ 1,00
		2014	2015	2016	2017	2018	2019		PROJEÇÃO	PROJEÇÃO		
1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes	14.076.493,78	14.029.278,42	16.890.988,30	16.824.480,00	16.876.834,28	19.855.142,89	20.448.913,48	1.948.897,02	2.044.813,48		
1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Inscrições de Tributos e Contribuições de Melhoria	413.872,19	444.201,71	601.620,00	607.680,00	728.889,22	874.184,73	1.048.897,02		1.048.897,02		
1.1.3.03.1.01.00.00.00	Impostos de Transmissão - Principal - Arrecadação do Poder Judiciário	119.039,71	153.104,86	217.052,34	224.000,00	262.002,41	317.897,07	370.287,77		370.287,77		
1.1.3.03.1.02.00.00.00	Impostos de Transmissão - Principal - Arrecadação do Poder Judiciário	2.186,38	1.189,89	2.447,88	1.850,00	2.392,11	2.892,11	3.323,89		3.323,89		
1.1.3.03.1.03.00.00.00	Impostos de Transmissão - Principal - Arrecadação do Poder Judiciário	190.628,95	103.628,07	232.272,00	300.000,00	308.019,28	308.019,28	308.019,28		308.019,28		
1.1.3.03.1.04.00.00.00	Impostos de Transmissão - Principal - Arrecadação do Poder Judiciário	102.007,17	108.239,99	109.837,07	129.000,00	149.759,28	161.355,05	161.355,05		161.355,05		
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Contribuições de Melhoria	286.782,91	386.896,87	386.896,87	373.000,00	427.132,79	471.132,07	512.833,17		512.833,17		
1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Contribuições Sociais	286.782,91	386.896,87	386.896,87	373.000,00	427.132,79	471.132,07	512.833,17		512.833,17		
1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	240.539,30	295.506,80	334.892,05	343.000,00	395.014,89	438.729,13	475.828,01		475.828,01		
1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Contribuições para os Fundos de Assistência Médica	-	-	-	-	-	-	-		-		
1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios e Outras Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-		-		
1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-		-		
1.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Contribuição para o Cálculo do Serviço de Iluminação Pública	18.246,61	22.550,07	29.092,01	30.000,00	32.204,91	34.402,94	36.705,18		36.705,18		
1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Recursos Patrimoniais	881.228,03	1.238.897,34	1.139.389,39	2.384.450,00	2.893.881,07	2.203.980,72	2.383.914,03		2.383.914,03		
1.3.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Explicação do Patrimônio Imobiliário do Estado	878.734,40	1.238.494,41	1.134.897,00	2.383.890,00	2.893.881,07	2.204.183,14	2.381.600,14		2.381.600,14		
1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Veículos Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-		-		
1.3.2.1.0.0.1.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vendidos - Principal	18.608,46	29.312,77	18.307,56	29.000,00	20.576,00	1.980,34	23.451,25		23.451,25		
1.3.2.1.0.0.1.02.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vendidos - Principal	86.476,96	121.582,29	135.670,20	154.000,00	150.000,00	169.227,73	170.990,72		170.990,72		
1.3.2.1.0.0.1.03.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	773.648,98	1.085.589,05	1.580.920,14	2.180.000,00	1.992.705,07	2.011.985,07	2.157.188,16		2.157.188,16		
1.3.2.1.0.0.4.00.00.00.00	Juros de Títulos de Renda	-	-	-	-	-	-	-		-		
1.3.2.1.0.0.5.00.00.00.00	Outros Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-		-		
1.3.2.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Desajustes de Serviços Públicos Medicamentos Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	2.491,53	1.603,23	1.389,03	1.450,00	1.766,86	1.897,59	2.019,80		2.019,80		
1.3.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-		-		
1.3.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Demais Receitas Patrimoniais	2.080,19	-	-	-	-	-	-		-		
1.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Recursos Industriais	151.930,29	154.714,39	213.879,43	241.000,00	252.864,80	289.689,08	297.629,79		297.629,79		
1.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Recursos de Serviços	17.280.954,13	11.431.400,32	13.972.003,42	13.080.650,00	15.018.858,67	15.554.939,07	16.044.997,79		16.044.997,79		
1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências da União e suas Entidades	7.289.599,89	7.488.090,83	8.686.338,76	7.981.600,00	9.208.881,34	8.892.897,94	9.723.198,94		9.723.198,94		
1.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências da União e suas Entidades - Conta-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Conta-Parte do Fundo de Participação do Município - 1% Conta estatística na área de desamortização	6.044.433,05	6.353.304,62	7.292.618,26	6.700.000,00	7.841.824,51	8.294.380,40	8.794.707,01		8.794.707,01		
1.7.1.8.0.1.0.0.0.0.0.0.0	Conta-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Conta estatística na área de desamortização	288.102,98	278.589,45	320.951,73	320.000,00	364.141,02	371.998,80	373.298,02		373.298,02		
1.7.1.8.0.1.4.0.0.0.0.0.0	Conta-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Conta estatística na área de desamortização	-	-	-	-	-	-	-		-		
1.7.1.8.0.1.5.0.0.0.0.0.0	Conta-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Conta estatística na área de desamortização	11.981,83	75.184,32	215.017,29	317.350,00	298.832,69	248.685,71	249.604,12		249.604,12		
1.7.1.8.0.1.5.0.0.0.0.0.0	Conta-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Conta estatística na área de desamortização	94.245,89	71.237,28	81.102,78	79.000,00	81.546,48	69.629,12	69.944,00		69.944,00		
1.7.1.8.0.2.0.0.0.0.0.0.0	Recursos Materiais	288.008,08	275.898,67	432.715,37	308.000,00	394.310,39	411.035,41	427.628,86		427.628,86		
1.7.1.8.0.2.0.0.0.0.0.0.0	Recursos Materiais - Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Remuneração do Fundo	-	-	-	-	-	-	-		-		
1.7.1.8.0.4.0.0.0.0.0.0.0	Transferências de Recursos de Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	7.437,50	12.235,00	12.585,00	15.700,00	15.703,20	16.389,01	17.041,78		17.041,78		
1.7.1.8.0.5.0.0.0.0.0.0.0	Transferências de Recursos de Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNEDE	134.072,62	185.898,11	168.252,89	170.000,00	188.629,05	204.945,27	213.989,02		213.989,02		
1.7.1.8.0.6.0.0.0.0.0.0.0	Desamortização da Educação - FNEDE	19.711,56	20.721,73	21.880,88	23.000,00	23.211,54	26.473,45	26.571,12		26.571,12		
1.7.1.8.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	228.000,00	15.154,00	37.667,61	15.000,00	29.378,05	27.468,48	28.628,69		28.628,69		
1.7.1.8.9.1.1.0.0.0.0.0.0	Outras Transferências da União	133.503,31	15.154,00	37.667,61	15.000,00	29.378,05	27.468,48	28.628,69		28.628,69		
1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências das Entidades e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.189.383,19	3.892.488,34	3.898.872,38	3.784.899,00	4.048.898,65	4.883.482,37	4.837.653,28		4.837.653,28		
1.7.2.8.0.1.0.0.0.0.0.0.0	Conta-Parte do ICMS	2.539.186,91	2.858.030,73	3.333.520,73	3.346.000,00	3.745.523,54	3.988.139,39	4.117.692,65		4.117.692,65		
1.7.2.8.0.1.2.0.0.0.0.0.0	Conta-Parte do ICMS	219.847,74	208.276,29	199.690,08	208.000,00	208.095,43	207.643,08	210.490,13		210.490,13		
1.7.2.8.0.1.3.0.0.0.0.0.0	Conta-Parte do ICMS	44.942,60	55.545,70	41.624,81	47.000,00	57.871,38	61.717,59	63.501,54		63.501,54		
1.7.2.8.0.1.4.0.0.0.0.0.0	Conta-Parte do ICMS - Municípios	3.924,20	10.818,19	10.818,19	15.000,00	11.470,83	12.244,62	12.610,46		12.610,46		
1.7.2.8.0.1.5.0.0.0.0.0.0	Outras Participações na Receita das Entidades	-	-	-	-	-	-	-		-		
1.7.2.8.0.1.9.0.0.0.0.0.0	Outras Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Regime Fundo e Fundo	222.089,72	177.206,32	202.378,99	196.000,00	254.843,86	265.649,24	278.567,42		278.567,42		
1.7.2.8.0.9.0.0.0.0.0.0.0	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	84.644,45	73.657,35	66.104,25	67.000,00	80.899,97	84.403,10	87.922,07		87.922,07		
1.7.2.8.9.0.0.0.0.0.0.0.0	Outras Transferências da União e de suas Entidades	17.539,38	1.875,00	5.382,52	5.000,00	4.650,75	5.068,42	5.389,24		5.389,24		
1.7.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências de Indenizações Fiscais	-	-	-	-	-	-	-		-		
1.7.8.0.1.1.0.0.0.0.0.0	Transferências de Recursos do FUNHEB - Principal	928.204,11	1.118.261,13	1.217.731,78	1.325.000,00	1.408.178,47	1.478.659,76	1.484.114,97		1.484.114,97		
1.7.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-		-		

Município de : NOVA BOA VISTAR/S
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018
Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 19/2016, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	16.890.988,30	16.824.400,00	18.675.634,26	19.855.142,89	20.446.913,48
II - DEDUÇÕES	4.452.998,93	4.868.250,00	5.048.882,12	5.414.453,32	5.686.240,99
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	219.500,22	235.650,00	264.304,52	320.730,66	381.590,96
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	334.892,65	343.000,00	395.014,88	436.726,13	475.828,01
Compensação Financeira entre Regimes	108.301,98	21.300,00	49.392,10	51.486,32	53.602,41
Rendimentos de Aplicações de Rec. Previdenciários	1.580.920,14	2.180.000,00	1.892.705,07	2.021.885,07	2.157.188,16
Deduções da Receita Corrente	2.209.383,94	2.088.300,00	2.447.465,55	2.583.625,14	2.618.031,45
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	959.534,72	726.800,00	981.962,62	1.045.208,28	1.071.703,77
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	13.397.524,09	12.682.950,00	14.608.714,76	15.485.897,85	15.832.376,25



Município de : NOVA BOA VISTAS/RN
 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018
Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2018 a 2021

	PODER EXECUTIVO		
	2018	2019	2020
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	7.888.705,97	8.362.384,84	8.549.483,17
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	7.484.270,67	7.944.265,60	8.122.009,02
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	7.099.835,37	7.528.146,36	7.694.534,86

	PODER LEGISLATIVO		
	2018	2019	2020
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	876.522,89	928.153,67	949.942,57
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	832.696,74	882.696,18	902.445,45
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	798.870,60	836.238,48	854.948,32

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legais, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.



Município de : NOVA BOA VISTAS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2018
 TABELA 02 - Demonstrativo do Rendimento do Rendimento da Dívida Consolidada Líquida e Resultado Nominal - Exceção RPPS

Exercício	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020
	Saldos	Saldos	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada - Exceção RPPS	118.427,60	654.421,30	450.421,30	275.421,30	100.421,30	-
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	1.775.557,78	1.743.597,87	1.700.000,00	1.739.718,55	1.727.772,14	1.722.496,90
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	(1.464.297,25)	(1.627.350,84)	(1.722.496,90)
(4) Passivos Reconhecidos	-	-	-	-	-	-
(5) Dívida Fiscal Líquida	-	-	-	-	-	-
(6) Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Operações de Crédito / Pagamentos	2.016	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	679.040,96	-	-	-	-
2.2 Encargos - Exceção RPPS	30.650,15	55.570,42	103.500,00	74.233,02	80.357,24	86.982,61
2.3 Amortizações - Exceção RPPS	3.527,78	145.822,94	207.000,00	175.000,00	175.000,00	100.421,30

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Dívida Pública Consolidada - É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes da emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; - das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constatado como receitas no orçamento;

- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

Dívida Consolidada Líquida - DCL - Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

Resultado Nominal - Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro do determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.



Município de - NOVA BOA VISTAS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB	% RCL
			(a / PIB) x 100	(a / RCL) x 100			(b / PIB) x 100	(b / RCL) x 100			(c / PIB) x 100	(c / RCL) x 100
Receita Total	17.300.000,00	18.604.280,84	0,004%	118,42%	18.441.108,39	18.679.563,94	0,004%	118,08%	19.080.915,12	18.883.942,31	0,000%	120,56%
Receitas Primárias (I)	15.038.030,18	14.432.222,06	0,003%	102,93%	16.028.745,82	14.758.393,76	0,003%	103,51%	16.522.497,86	14.612.442,56	0,000%	104,36%
Despesa Total	17.300.000,00	18.604.280,84	0,004%	118,42%	18.441.108,39	18.679.563,94	0,004%	118,08%	19.080.915,12	18.883.942,31	0,000%	120,56%
Despesas Primárias (II)	16.916.134,91	16.235.852,68	0,004%	115,79%	18.045.408,68	16.615.227,09	0,004%	116,53%	18.757.422,74	16.589.002,75	0,000%	116,48%
Resultado Primário (I - II)	- 1.879.202,75	- 1.803.830,83	0,000%	- 12,86%	- 2.016.663,16	- 1.866.833,33	0,000%	- 13,02%	- 2.234.924,89	- 1.976.560,19	0,000%	- 14,12%
Resultado Nominal	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Dívida Pública Consolidada	275.421,30	264.345,23	0,000%	1,89%	100.421,30	82.462,45	0,000%	0,65%	-	-	0,000%	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.464.287,25	- 1.405.410,55	0,000%	- 10,02%	- 1.627.350,84	- 1.498.375,81	0,000%	- 10,51%	- 1.722.498,90	- 1.523.370,57	0,000%	- 10,86%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%

Fonte: Sistema «Nome», Unidade Responsável «Nome», Data da emissão «dd/mm/aaaa» e hora de emissão «hh e mm»

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada e o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo 9 de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2014, 2015 e 2016) e os valores reestimados para o exercício atual (2017), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize sua expansão a fim de garantir, precipuamente, o conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,99%, 2,48% e 2,48% e das taxas de inflação (IPCA), de 4,19%, 4,24% e 4,11%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 11/08/2017.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 9º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 403/2016 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2018. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2018, 2019 e 2020, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 7,89%, 8,25% e 8,22%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 11/08/2017.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2017, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO (2018), os números mais representativos no contexto das projeções:
 - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2018, considerando todas as fontes de recursos é de R\$ 17.300.000,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$2.053.281,07), das resultantes de Operações de Crédito (R\$0,00), das Aliações de Bens (R\$50.447,85) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$149.338,92), resultam numa Receita Primária de R\$ 15.036.932,16.
 - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, considerando todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 17.300.000,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$74.233,02, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 134.632,07 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 175.000,00, tem-se que as despesas primárias para 2018 foram previstas em R\$ 16.916.134,91.
 - 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2018 que foi inicialmente prevista em R\$ (1.879.202,75), ou seja, um déficit primário. Entretanto, se analisarmos o resultado primário do Município (excluído o RPPS), obtém-se um superávit primário de R\$ 13.502,32, a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.
 - 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.

Município de : NOVA BOA VISTAS/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS - RPPS
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	3.161.499,54	3.034.359,88	0,001%	3.421.535,47	3.150.363,08	0,001%	3.679.661,33	3.254.290,33	0,001%
Receitas Primárias RPPS (I)	1.268.794,47	1.217.769,91	0,000%	1.369.650,41	1.298.721,68	0,000%	1.522.473,16	1.346.470,24	0,000%
Despesa Total RPPS	3.161.499,54	3.034.359,88	0,001%	3.421.535,47	3.150.363,08	0,001%	3.679.661,33	3.254.290,33	0,001%
Despesas Primárias RPPS (II)	3.161.499,54	3.034.359,88	0,001%	3.421.535,47	3.150.363,08	0,001%	3.679.661,33	3.254.290,33	0,001%
Resultado Primário RPPS (I - II)	- 1.892.705,07	- 1.816.589,95	0,000%	- 2.021.885,07	- 1.891.641,38	0,000%	- 2.157.188,16	- 1.907.810,08	0,000%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmss>

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Resouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : NOVA BOA VISTAS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUIDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
 EXERCÍCIO DE 2018

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	14.138.500,46	13.589.920,78	0,003%	15.019.570,92	13.829.200,88	0,003%	15.411.253,79	13.629.651,98	0,003%
Receitas Primárias (I)	13.788.137,89	13.214.452,14	0,003%	14.829.095,12	13.489.872,08	0,003%	15.000.024,89	13.255.372,32	0,003%
Despesa Total	14.138.500,46	13.589.920,78	0,003%	15.019.570,92	13.829.200,88	0,003%	15.411.253,79	13.394.722,42	0,003%
Despesas Primárias (II)	13.754.635,37	13.201.492,82	0,003%	14.623.873,20	13.404.864,03	0,003%	15.077.761,42	13.394.722,42	0,003%
Resultado Primário (I - II)	13.502,32	12.959,32	0,000%	5.221,91	4.808,05	0,000%	77.736,12	89.750,10	0,000%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data de emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.
 Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excluídas as receitas e despesas previdenciárias).
 A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.



Município de : NOVA BOA VISTAS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2018

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2016 (a)		II-Metas Realizadas em 2016 (b)		Variação	
	% PIB	% RCL	% PIB	% RCL	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	16.277.195,00	121,49%	16.974.035,96	126,70%	696.840,96	4,28%
Receita Primárias (I)	14.174.795,00	105,80%	14.427.237,36	107,69%	252.442,36	1,78%
Despesa Total	16.277.195,00	0,004%	14.851.939,96	0,004%	1.425.255,04	-8,75%
Despesa Primárias (II)	15.815.595,00	0,004%	14.508.373,58	0,004%	1.307.221,42	-8,27%
Resultado Primário (I-II)	-1.640.800,00	0,000%	81.136,22	-0,61%	1.559.663,78	-95,06%
Resultado Nominal	307.643,00	0,000%	-	0,00%	307.643,00	-100,00%
Dívida Pública Consolidada	642.357,00	0,000%	654.421,30	4,88%	12.064,30	1,89%
Dívida Consolidada Líquida	307.463,00	0,000%	-	0,00%	307.463,00	-100,00%

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data de emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2016), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2016 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ (81.136,22), ou seja, um déficit primário, valor 95,06% << superior >> à meta estabelecida, que era de R\$(1.640.800,00), ou seja, déficit primário. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) << não foi >> capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 14.427.237,36, << superando >> em 1,78% a projeção para o período de R\$ 14.174.795,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 14.508.373,58, estabelecendo-se 8,27% << abaixo >> da previsão orçamentária. Não obstante a sua << retração >>, corresponderam a 101% do total das receitas primárias << comprometendo >>, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho << favorável >> apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um << incremento >> de 4,28% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2016 o desempenho dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes.

A dívida consolidada totalizou R\$ 654.421,30, valor 1,89% << superior >> ao saldo de R\$ 642.357,00 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do << diminuição >> dos desembolsos da amortização da dívida que totalizou em 2016 R\$ 145.822,94, valor 27,00% << menor >> que a projeção consignada na Lei do Orçamento de R\$ 200.606,00.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2016, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida negativa, ou seja, o estoque da dívida apresentava-se menor que o valor das disponibilidades. Os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano continou negativo, que, comparado com o montante apurado ao final de 2015, apresentou, consequentemente, um resultado nominal também negativo, evidenciando que não houve aumento do endividamento.



Município de : NOVA BOA VISTARIAS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %
Receita Total	14.155.795,00	16.277.195,00	14,99%	16.227.400,00	-0,31%	17.300.000,00	6,61%	18.441.106,39	6,60%	19.090.915,12	3,52%
Receitas Primárias (I)	13.006.294,00	14.174.795,00	8,98%	13.968.658,00	-1,45%	15.036.932,16	7,65%	16.028.745,52	6,60%	16.522.497,86	3,08%
Despesa Total	14.155.795,00	16.277.195,00	14,99%	16.227.400,00	-0,31%	17.300.000,00	6,61%	18.441.106,39	6,60%	19.090.915,12	3,52%
Despesas Primárias (II)	13.927.395,00	15.815.595,00	13,56%	15.808.429,00	-0,05%	16.916.134,91	7,01%	18.045.408,68	6,68%	18.757.422,74	3,95%
Resultado Primário (I - II)	921.101,00	1.640.800,00	78,13%	1.839.771,00	12,13%	1.879.202,75	2,14%	2.016.663,16	7,31%	2.234.924,89	10,82%
Resultado Nominal	-1.424.442,00	-307.643,00	-78,40%	107.043,00	-65,21%	275.421,30	-100,00%	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	163.976,00	642.357,00	291,74%	492.957,00	-23,26%	1.405.410,55	-44,13%	100.421,30	-63,54%	0	-100,00%
Dívida Consolidada Líquida	1.424.442,00	307.463,00	-78,42%	107.043,00	-65,19%	1.464.297,25	1267,95%	1.627.350,84	11,14%	1.722.496,90	5,85%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %
Receita Total	15.707.550,13	16.845.269,11	7,24%	16.227.400,00	-3,67%	16.604.280,64	2,32%	16.979.563,94	2,26%	16.883.942,31	-0,56%
Receitas Primárias (I)	14.432.041,09	14.669.495,35	1,65%	13.968.658,00	-4,78%	14.432.222,05	3,32%	14.758.393,76	2,26%	14.612.442,56	-0,99%
Despesa Total	15.707.550,13	16.845.269,11	7,24%	16.227.400,00	-3,67%	16.604.280,64	2,32%	16.979.563,94	2,26%	16.883.942,31	-0,56%
Despesas Primárias (II)	15.454.112,98	16.367.559,27	5,91%	15.808.429,00	-3,42%	16.235.852,68	2,70%	16.615.227,09	2,34%	16.589.002,75	-0,16%
Resultado Primário (I - II)	1.022.071,89	1.698.063,92	66,14%	1.839.771,00	8,35%	1.803.630,63	-1,96%	1.856.833,33	2,95%	1.976.560,19	6,45%
Resultado Nominal	-1.580.589,02	-318.379,74	-79,86%	107.043,00	-66,38%	264.345,23	-100,00%	92.462,45	-65,02%	0	-100,00%
Dívida Pública Consolidada	181.951,01	664.775,26	265,36%	492.957,00	-25,85%	1.405.410,55	-46,38%	1.498.375,81	6,61%	1.523.370,57	1,67%
Dívida Consolidada Líquida	1.580.589,02	318.193,46	-79,87%	107.043,00	-66,36%	1.405.410,55	1212,94%	1.498.375,81	11,14%	1.523.370,57	1,67%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015, 2016 e 2017 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : NOVA BOA VISTA/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	18.059.210,88	92,58%	17.363.505,49	96,15%	15.534.860,75	89,47%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	1.447.993,98	7,42%	695.705,39	3,85%	1.828.644,74	10,53%
TOTAL	19.507.204,86	100,00%	18.059.210,88	100,00%	17.363.505,49	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	(1.602.970,66)	-72,77%	(1.837.922,27)	114,66%	(1.528.064,45)	83,14%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	3.805.888,76	172,77%	234.951,61	-14,66%	(309.857,82)	16,86%
TOTAL	2.202.918,10	100,00%	(1.602.970,66)	100,00%	(1.837.922,27)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	16.456.240,22	75,80%	15.525.583,22	94,34%	14.006.796,30	90,22%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	5.253.882,74	24,20%	930.657,00	5,66%	1.518.786,92	9,78%
TOTAL	21.710.122,96	100,00%	16.456.240,22	100,00%	15.525.583,22	100,00%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 851/2005, está sobre a gestão do Fundo Municipal de Previdência Social, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2014 a 2016, aponta que o saldo patrimonial << aumentou >> de R\$ 15.525.583,22 em 31.12.2014 para R\$ 21.710.122,96 em 31.12.2016.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2016 com << superávit >> de R\$ 5.253.882,74.

Município de : NOVA BOA VISTA/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, Inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016	2015	2014
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2014			27.525,25
RECEITAS DE CAPITAL	100,00	120.358,00	264.553,18
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	100,00	120.358,00	264.553,18
Alienação de Bens Móveis	100,00	120.358,00	248.553,18
Alienação de Bens Imóveis	-	-	16.000,00
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	2.625,65	12.524,55	
TOTAL	2.725,65	132.882,55	292.078,43

DESPESAS EXECUTADAS	2016	2015	2014
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	70.518,37	277.987,36	76.555,25
Investimentos	70.518,37	277.987,36	76.555,25
Inversões Financeiras			
Amortizaçãc da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	70.518,37	277.987,36	76.555,25
SALDO FINANCEIRO			
	2.625,65	70.418,37	215.523,18

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."



Município de : NOVA BOA VISTAS/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2017

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

	PLANO PREVIDENCIÁRIO		
	2016	2015	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (I)	1.689.222,12	1.323.932,25	971.616,71
Receita de Contribuições dos Segurados	334.892,65	285.506,80	240.536,30
Civil	334.892,65	285.506,80	240.536,30
Ativo	334.892,65	285.506,80	240.536,30
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	789.821,99	555.699,73	437.667,25
Civil	789.821,99	555.699,73	437.667,25
Ativo	789.821,99	555.699,73	437.667,25
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial	1.580.920,14	1.020.046,73	725.463,72
Receitas Imobiliárias	1.580.920,14	1.020.046,73	725.463,72
Receitas de Valores Mobiliários	1.580.920,14	1.020.046,73	725.463,72
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes	108.301,98	18.378,72	5.616,69
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	108.301,98	18.378,72	5.616,69
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			

Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS - (III) = (I + II)	2.479.044,11	1.879.631,98	1.409.283,96
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2015	2014
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)			
Benefícios - Civil	591.151,17	511.489,45	370.604,05
Aposentadorias	545.361,66	434.572,15	339.992,85
Pensões	380.463,66	253.882,69	212.797,53
Outros Benefícios Previdenciários	54.075,89	48.719,08	45.050,77
Benefícios - Militar	110.822,11	131.970,38	82.144,55
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	45.789,51	76.917,30	30.611,20
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	45.789,51	76.917,30	30.611,20
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	591.151,17	511.489,45	370.604,05
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.887.892,94	1.368.142,53	1.038.679,91
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2016	2015	2014
VALOR	1.363.500,00	916.551,20	899.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO	2016	2015	2014
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2016	2015	2014
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações	11.781.099,43	9.576.318,88	8.205.280,46
Outro Bens e Direitos			

		PLANO FINANCEIRO		
		2016	2015	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
ADMINISTRAÇÃO (XI)				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
PREVIDÊNCIA (XII)				
		2016	2015	2014

Benefícios - Civil
 Aposentadorias
 Pensões
 Outros Benefícios Previdenciários
 Benefícios - Militar
 Reformas
 Pensões
 Outros Benefícios Previdenciários
 Outras Despesas Previdenciárias
 Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS
 Demais Despesas Previdenciárias
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS
 Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras
 Recursos para Formação de Reserva

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo Financeiro
2016	1.949.046,97	591.151,21	1.357.895,76	1.357.895,76
2017	1.518.391,04	692.608,93	825.782,11	2.265.151,62
2018	1.522.511,50	775.018,27	747.493,23	3.148.553,94
2019	1.526.631,97	857.427,61	669.204,36	4.006.671,54
2020	1.532.125,93	967.306,73	564.819,20	4.811.891,03
2021	1.536.246,39	1.049.716,07	486.530,32	5.587.134,81
2022	1.540.366,86	1.132.125,41	408.241,45	6.330.604,35
2023	1.541.740,35	1.159.595,19	382.145,16	7.092.585,77
2024	1.547.234,31	1.269.474,31	277.760,00	7.795.900,92
2025	1.552.728,26	1.379.353,43	173.374,83	8.437.029,80
2026	1.556.848,73	1.461.762,77	95.085,96	9.038.337,55
2027	1.559.595,71	1.516.702,33	42.893,38	9.623.531,19
2028	1.563.716,17	1.599.111,67	-35.395,50	10.165.547,56
2029	1.567.836,64	1.681.521,01	-113.684,37	10.661.796,04
2030	1.576.077,57	1.846.339,69	-270.262,12	11.031.241,68
2031	1.578.824,55	1.901.279,25	-322.454,70	11.370.661,48
2032	1.580.198,04	1.928.749,03	-348.550,99	11.704.350,18
2033	1.589.812,46	2.121.037,49	-531.225,03	11.875.386,16
2034	1.591.185,95	2.148.507,27	-557.321,32	12.030.588,01

2035	1.596.679,91	2.258.386,39	-661.706,48	12.090.716,82
2036	1.606.294,33	2.450.674,85	-844.380,52	11.971.779,30
2037	1.604.920,84	2.423.205,07	-818.284,23	11.871.801,83
2038	1.613.161,78	2.588.023,75	-974.861,97	11.609.247,97
2039	1.613.161,78	2.588.023,75	-974.861,97	11.330.940,88
2040	1.609.041,31	2.505.614,41	-896.573,10	11.114.224,23
2041	1.606.294,33	2.450.674,85	-844.380,52	10.936.697,17
2042	1.604.920,84	2.423.205,07	-818.284,23	10.774.614,77
2043	1.610.414,80	2.533.084,19	-922.669,39	10.498.422,26
2044	1.613.161,78	2.533.076,00	-919.914,22	10.208.413,38
2045	1.609.041,31	2.450.666,66	-841.625,35	9.979.292,83
2046	1.607.667,82	2.423.196,88	-815.529,06	9.762.521,34
2047	1.585.372,10	1.977.282,45	-391.910,35	9.956.362,27
2048	1.581.251,63	1.894.873,11	-313.621,48	10.240.122,53
2049	1.578.504,65	1.839.933,55	-261.428,90	10.593.100,98
2050	1.570.263,72	1.675.114,87	-104.851,15	11.123.835,89
2051	1.567.516,74	1.620.175,31	-52.658,57	11.738.607,47
2052	1.567.516,74	1.620.175,31	-52.658,57	12.390.265,35
2053	1.562.022,79	1.510.296,19	51.726,60	13.185.407,87
2054	1.564.769,76	1.565.235,75	-465,99	13.976.066,35
2055	1.563.396,28	1.537.765,97	25.630,31	14.840.260,65
2056	1.568.890,23	1.647.645,09	-78.754,86	15.651.921,42
2057	1.570.263,72	1.675.114,87	-104.851,15	16.486.185,56
2058	1.562.022,79	1.510.296,19	51.726,60	17.527.083,29
2059	1.559.275,81	1.455.356,63	103.919,18	18.682.627,47
2060	1.563.396,28	1.537.765,97	25.630,31	19.829.215,43
2061	1.567.516,74	1.620.175,31	-52.658,57	20.966.309,79
2062	1.568.890,23	1.647.645,09	-78.754,86	22.145.533,51
2063	1.564.769,76	1.565.235,75	-465,99	23.473.799,53
2064	1.560.649,30	1.482.826,41	77.822,89	24.960.050,40
2065	1.563.396,28	1.537.765,97	25.630,31	26.483.283,73
2066	1.568.890,23	1.647.645,09	-78.754,86	27.993.525,89
2067	1.570.263,72	1.675.114,87	-104.851,15	29.568.286,30
2068	1.571.637,21	1.702.584,65	-130.947,44	31.211.436,03
2069	1.579.878,14	1.867.403,33	-287.525,19	32.796.597,01
2070	1.581.251,63	1.894.873,11	-313.621,48	34.450.771,35
2071	1.586.745,59	2.004.752,23	-418.006,64	36.099.810,99
2072	1.594.986,52	2.169.570,91	-574.584,39	37.691.215,26
2073	1.593.613,03	2.142.101,13	-548.488,10	39.404.200,07
2074	1.601.853,97	2.306.919,81	-705.065,84	41.063.386,24
2075	1.601.853,97	2.306.919,81	-705.065,84	42.822.123,57

2076	1.597.733,50	2.224.510,47	-626.776,97	44.764.674,01
2077	1.594.986,52	2.169.570,91	-574.584,39	46.875.970,07
2078	1.593.613,03	2.142.101,13	-548.488,10	49.140.040,17
2079	1.596.360,01	2.197.040,69	-600.680,68	51.487.761,90
2080	1.599.106,99	2.251.980,25	-652.873,26	53.924.154,35
2081	1.594.986,52	2.169.570,91	-574.584,39	56.585.019,22
2082	1.593.613,03	2.142.101,13	-548.488,10	59.431.632,28
2083	1.592.239,54	2.114.631,35	-522.391,81	62.475.138,41
2084	1.588.119,08	2.032.222,01	-444.102,93	65.779.543,78
2085	1.585.372,10	1.977.282,45	-391.910,35	69.334.406,06
2086	1.577.131,17	1.812.463,77	-235.332,60	73.259.137,82
2087	1.574.384,19	1.757.524,21	-183.140,02	77.471.546,07
2088	1.574.384,19	1.757.524,21	-183.140,02	81.936.698,81
2089	1.568.890,23	1.647.645,09	-78.754,86	86.774.145,88
2090	1.571.637,21	1.702.584,65	-130.947,44	91.849.647,19

FONTE: Sistema <sisistema>, Unidade Responsável: <Unidade Responsável>. Emissão: <dd/mm/aaaa>, às <h:mm:ss>. Assinado Digitalmente no dia <dd/mm/aaaa>, às <h:mm:ss>.

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2014, 2015 e 2016, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2016.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.



Município de : NOVA BOA VISTAS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
IPTU	Desconto pagto antecipado	Proprietários de imóveis urbanos	5.920,60	6.171,63	6.425,29	
TAXA COLETA LIXO	Desconto pagto antecipado	Proprietários de imóveis urbanos	7.500,00	7.818,00	8.139,32	Vide Obsevação abaixo
TOTAL			13.420,60	13.989,63	14.564,61	

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>
 Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2018 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2019 e 2020, foram calculados a partir dos valores de 2018, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2019:

4,24%

Inflação para 2020:

4,11%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o biênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 34 e 35 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.



Município de : NOVA BOA VISTAR/S
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	878.327,04
Decorrente de Receitas Tributárias	9.825,28
Decorrente de Transferências Correntes	868.501,76
(-) Transferências Constitucionais	(170.611,85)
(-) Transferências ao FUNDEB	707.715,19
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita	-
(II)	
Redução Permanente de Despesa (II)	707.715,19
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	419.837,46
Novas DOCC	238.568,27
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	181.269,19
Relativas a Outras Despesas Correntes	-
Novas DOCC geradas por PPP	287.877,73
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III- Novas DOCC geradas por PPP)	-

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora <hh:mm>

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.



Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2018 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2017-2018.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2018, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2017-2018 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.



Município de : NOVA BOA VISTAS/RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-

Fonte:

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2018, adequar-se-ão às receitas do Município.



Município de : NOVA BOA VISTARRS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2018

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	10.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	30.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos	20.000,00		
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	30.000,00	SUBTOTAL	30.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS			
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	46.038,11	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	46.038,11
Restituição de Tributos a Maior			
	100.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	100.000,00
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais (Art. 166 da CF/1988)	176.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	176.000,00
SUBTOTAL	322.038,11	SUBTOTAL	322.038,11
TOTAL	352.038,11	TOTAL	352.038,11



O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.



MUNICÍPIO DE: NOVA BOA VISTAS/RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2018

ANEXO IV
RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

(Art. 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2018		
			ATÉ EXERC ANTERIOR - 2016	NO EXERCÍCIO DE 2017	A EXECUTAR EM 2018	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
A - 082 - Manutenção do Centro Administrativo/almoxarifado							5.000,00	
A - 006 - Manutenção e conservação do Centro adm.							7.500,00	
P - 004 - Construção Prédio/Almoxarifado			91,86%	7,14%	1,00%	1.000,00		
A - 010 - Manutenção do Berçário Industrial							2.000,00	
P - 012 - Pavimentação/canalização e calçamento de vias urbanas								20.000,00
A - 016 - Manutenção e conservação dos Bens Públicos							6.000,00	
A - 017 - Manutenção e conservação da frota de veículos, máquinas e equipamentos rodoviários							450.000,00	
A - 018 - Manutenção e conservação das estradas, pontes e pontilhões e bueiros							30.000,00	
A - 020 - Manutenção de vias urbanas							24.000,00	
A - 021 - Manutenção da Iluminação Pública							210.000,00	
A - 022 - Manutenção do Cemitério Municipal							3.000,00	



A - 023 - Manutenção e conservação de praças, parques e jardins										11.000,00
A - 034 - Manutenção das instalações do Ensino Infantil										15.000,00
A - 038 - Manutenção das instalações do Ensino Fundamental,										15.000,00
A - 044 - Manutenção de ginásios/quadras esportivas										55.000,00
P - 025 - Construção/ampliação das instalações da Saúde										3.000,00
A - 045 - Manutenção e conservação das instalações da Saúde										20.000,00
A - 080 - Manutenção da frota da Saúde										160.000,00
A - 055 - Manutenção e conservação do prédio da Secretaria da Agricultura										6.000,00
P - 049 - Aquisição de Imóveis										100.000,00
P - 011 - Construção de estradas, pontes e pontilhões e bueiros										4.000,00
A - 019 - Manutenção da pedreira										150.000,00
A - 056 - Manutenção da Patrulha										1.000,00
Total dos Recursos a Priorizar										223.000,00

